**Proposta da Administração
Assembleia Geral Ordinária de
20 de abril de 2023**

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

ÍNDICE

1 – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 – ANEXO I: COMENTÁRIO DOS DIRETORES	9
3 – ANEXO II: PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	35
4 – ANEXO III: CANDIDATOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL ...	38
5 – ANEXO IV: INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL	57

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

1 – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

(i) Tomar as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

A administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo foi elaborado em conformidade com a legislação aplicável e enviado aos órgãos reguladores e divulgado no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.terrasantapa.com.br/>) em 14 de março de 2023.

A Administração propõe a aprovação das contas dos administradores.

(ii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

As Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos exigidos por lei foram enviados aos órgãos reguladores e divulgados no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.terrasantapa.com.br/>) em 14 de março de 2023.

Nos termos da Resolução CVM nº 166, de 1/09/2022, a Companhia se enquadra como uma companhia aberta de menor porte, de modo que as publicações ordenadas na Lei 6.404/76, ou previstas na regulamentação editada pela CVM, serão realizadas por meio do Sistema Empresas.NET.

O parecer do Conselho Fiscal acerca das demonstrações financeiras e da proposta de destinação dos resultados e ratificação de dividendos também foi enviado aos órgãos reguladores e divulgado no site de Relações com Investidores da Companhia.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 2 do Formulário de Referência, conforme a Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (“Resolução CVM 80”), constam do Anexo I à presente Proposta.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

(iii) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e ratificar a distribuição de dividendos

Conforme indicado nas demonstrações financeiras da Companhia e nos termos do art. 191 da Lei das S.A., o lucro líquido da Companhia apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 137.167.179,94, para o qual se propõe a seguinte destinação:

Destinação	Valor (R\$)
Reserva Legal	6.858.359,00
Dividendos declarados em 14 de março de 2023	130.308.820,94
Total do lucro líquido	137.167.179,94

Em reunião realizada em 14 de março de 2023, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de 130.308.820,94, correspondente à totalidade do lucro líquido ajustado do exercício, para pagamento em duas parcelas: (i) R\$ 85.000.000,00 já pagos em 28 de março de 2023; e (ii) R\$ 45.308.820,94 a serem pagos em 5 de maio de 2023. Fizeram jus aos dividendos os acionistas da Companhia na data base de 17 de março de 2023.

A Administração propõe a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido e a ratificação da distribuição de dividendos.

Para maiores informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido, vide o [Anexo II](#) a esta Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pelo art. 10, § único, II, e Anexo A, da Resolução CVM nº 81/22.

(iv) Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia

A Administração propõe que o Conselho de Administração, em caso de eleição pelo voto majoritário ou mediante a adoção do procedimento de voto múltiplo, seja composto por 5 (cinco) membros.

(v) Deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia

Nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como membros independentes deve ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Os candidatos a conselheiros independentes são: Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Ricardo Baldin. Para maiores informações sobre os candidatos a conselheiros independentes, vide documento constante do

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Anexo III desta Proposta, que contém as informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

Nos termos do artigo 17, I, do Regulamento do Novo Mercado, a Companhia obteve a declaração dos candidatos indicados acima, na qual atestaram o seu enquadramento nos critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Além disso, o Conselho de Administração da Companhia manifestou-se favoravelmente ao enquadramento dos candidatos listados acima nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Considerando o exposto acima, a Administração propõe aos acionistas que aprovem, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, o enquadramento de Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Ricardo Baldin como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração.

(vi) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração propõe os nomes a seguir para compor o Conselho de Administração, com prazo de mandato unificado de 1 (um) ano, que se encerrará na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- Silvio Tini de Araújo
- Renato Carvalho de Nascimento
- Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
- Julio Cesar de Toledo Piza Neto (membro independente)
- Ricardo Baldin (membro independente)

Para maiores informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração, vide documento constante do Anexo III desta Proposta, que contém as informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

A votação dos candidatos acima propostos será feita por chapa, a ser eleita pelo voto majoritário dos Acionistas.

Os Acionistas representando, no mínimo, 5% do capital social, poderão requerer por escrito à Companhia a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos artigo 3º da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 141 da Lei 6.404/76.

Se validamente requerida a adoção de procedimento de voto múltiplo, a votação será feita de forma individual, e serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao Acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Os Acionistas que pretendam requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverão fazê-lo por escrito à Companhia, até as 14 horas do dia 18 de abril de 2023, por meio do endereço de e-mail ri@terrasantapa.com.br (assunto: “Voto Múltiplo AGO 2023”) ou mediante correspondência entregue na sede da Companhia localizada na Praça General Gentil Falcão, 108 - 8º andar - cj 81 sala 4, CEP: 04571-150, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados de “José Humberto Prata Teodoro Jr – Diretoria de Relação com Investidores”.

(vii) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023

A Administração da Companhia propõe a fixação da remuneração global dos administradores (compreendendo Conselho de Administração e Diretoria) referente ao período entre 1 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 no valor total de até R\$ 3.960.000,00, incluindo remuneração fixa, variável e baseada em ações.

Os valores de remuneração dos administradores estão alinhados à remuneração praticada no mercado, de forma a manter a sua competitividade em atrair e reter os seus Administradores-chave.

Para mais informações sobre esta proposta de remuneração global e a remuneração da administração, vide o Anexo IV, que contém as informações referentes ao item 8 do Formulário de Referência.

(viii) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023

Nos termos do artigo 31 e seguintes do Estatuto Social, o Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral nos exercícios sociais nos quais os Acionistas pedirem tal instalação. Caso instalado, o Conselho Fiscal será composto por três membros titulares e igual número de suplentes.

Nos termos do artigo 4º da Resolução CVM 70/22, acionistas representando, no mínimo, 2% do total de ações com direito a voto de emissão da Companhia, poderão solicitar a instalação do Conselho Fiscal.

A Administração propõe a instalação do Conselho Fiscal, mediante a eleição de seus membros nos termos da lei.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

(ix) Eleger os membros do Conselho Fiscal

A Administração propõe os nomes a seguir para compor o Conselho Fiscal, todos com prazo de mandato até data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023:

- Roberto César Guindalini (titular) e Célio de Melo Almada Neto (suplente)
- Maria Elvira Lopes Gimenez (titular) e Jhonny Fernandes de Sousa (suplente)
- Fernando Dal-Ri Murcia (titular) e Carlos Elder Maciel de Aquino (suplente)

Conforme aviso aos acionistas divulgado em 30 de março de 2023, esta proposta foi reapresentada com a alteração da chapa originalmente proposta para o Conselho Fiscal, tendo em vista a comunicação recebida do Sr. Massao Fabio Oya com a desistência de sua candidatura a membro do Conselho Fiscal da Companhia. Portanto, os acionistas deverão considerar a chapa atualizada indicada acima.

A Companhia obteve dos candidatos a declaração de que preenchem as condições de elegibilidade previstas nos artigos 162 e 147 da Lei das S.A. e estão em condições de, caso eleitos, firmar a declaração de desimpedimento nos termos da lei.

A votação dos candidatos acima propostos será feita por chapa, a ser eleita pelo voto majoritário dos Acionistas.

Para maiores informações sobre os candidatos a membros do Conselho Fiscal, vide documento constante do Anexo III desta Proposta, que contém as informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

(x) Aprovar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal

O art. 162, § 3º da Lei nº 6.404/76 determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração atribuída, em média, a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A Administração considera que a remuneração média dos diretores da Companhia é competitiva, sendo um parâmetro adequado para remunerar os membros do Conselho Fiscal.

Portanto, a Administração propõe que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal seja fixada em 10% (dez por cento) da remuneração atribuída, em média, a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Para mais informações sobre esta proposta de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, vide o Anexo IV, que contém as informações referentes ao item 8 do Formulário de Referência.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

2 – ANEXO I: COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras combinadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras combinadas sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras combinadas para (i) o exercício sociais encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras combinadas; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras combinadas ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2022, a Companhia registrou capital circulante negativo no valor de R\$ 49.301 mil substancialmente explicado pela classificação, no passivo circulante, da contingência liquidada financeiramente em fevereiro de 2023 (conforme Nota 28 (a) das demonstrações financeiras) no montante de R\$ 24.373, bem como pelos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos ao final do exercício no montante de R\$ 32.578 (conforme Nota 18.5 das demonstrações).

Adicionalmente, a proposta da Administração para os lucros a disposição da Assembleia Geral Ordinária do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é a de distribuição total do montante como dividendos.

A Diretoria entende que (i) a geração de caixa operacional do Grupo, a qual considera o recebimento substancial do caixa da safra 2022/2023 em abril de 2023, no montante estimado de, aproximadamente, R\$ 100.000 (considerando que a safra 2022/2023 já está 99,84% fixada), bem como (ii) a captação de linhas

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

de crédito pré-aprovadas, no montante aproximado de R\$ 90.000, cujas propostas estão em avaliação pela Administração, são suficientes para que o Grupo tenha recursos financeiros para assegurar a sua liquidez no exercício social de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 0,24 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 2.051 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 101.244.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 0,45 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 23.215 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 84.859 mil.

Indicadores Financeiros

A seguir, são apresentados os principais indicadores de liquidez:

Índices de Liquidez	2022	2021
Índice de Liquidez Corrente		
(Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,51	1,11
Índice de Liquidez Geral		
(Ativo Total/Passivo Total)	5,16	3,21
Índice de Liquidez Total		
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	0,24	0,45

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso índice de liquidez corrente (ativo circulante /passivo circulante) foi de 0,51x, contra 1,11x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é resultado de é substancialmente explicado pela classificação, no passivo circulante, da contingência liquidada financeiramente em fevereiro de 2023 (conforme Nota 28 (a) das demonstrações financeiras) no montante de R\$ 24.373 mil, bem como pelos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos ao final do exercício no montante de R\$ 32.578 mil (conforme Nota 18.5 das demonstrações financeiras).

Adicionalmente, a proposta da Administração para os lucros a disposição da Assembleia Geral Ordinária do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é a de distribuição total do montante como dividendos.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso índice de liquidez geral (ativo total /passivo total) foi de 5,16x, contra 3,21x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O Índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso índice de liquidez total (passivo circulante + não circulante/ patrimônio líquido) foi de 0,24x, contra 0,45x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que estão garantidos em alienação fiduciária de bens imóveis com terras registradas no patrimônio de suas controladas diretas (Fazenda Boa Vista, Fazenda Iporanga e Fazenda São José) no valor contábil total de R\$ 29.067

(b) estrutura de capita

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	188.826	314.572
Capital próprio (patrimônio líquido)	785.934	696.064
Capital total (terceiros + próprio)	974.760	1.010.636
Parcela de capital de terceiros	19,4%	31,1%
Parcela de capital próprio	80,6%	68,9%

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 785.934 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 188.826 mil, ou seja, 19,4% de capital de terceiros e 80,6% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 696.064 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 314.572 mil, ou seja, 31,1% de capital de terceiros e 68,9% de capital próprio.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram de 5,16x e 0,51x, respectivamente. A queda no índice de liquidez corrente de 1,11x em 31 de dezembro de 2021 para 0,51x em 31 de dezembro de 2022 deve-se substancialmente a classificação, no passivo circulante, da contingência liquidada financeiramente em fevereiro de 2023 (conforme Nota 28 (a) das demonstrações financeiras) no montante de R\$ 24.373 mil, bem como pelos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos ao final do exercício no montante de R\$ 32.578 mil (conforme Nota 18.5 das demonstrações financeiras).

em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 29.73,7 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos e despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela abaixo apresenta o nível de endividamento relevante da Companhia em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Modalidade	Moeda	Média de juros	R\$ mil
Moeda Nacional			
Crédito Rural	R\$	15,89% a.a.	29.737
Total		15,89% a.a.	29.737

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Contrato	Contraparte	Data Contratação	Data Vencimento	Moeda	Captação R\$	Indexador	Custo Total	Saldo Balanço (Data Base 31/12/2022)	Garantia
218900300871	Santander CPR	21/11/2022	08/05/2023	Reais	12.000.000,00	CDI + 2,5%	CDI + 2,5%	12.182.999,87	Alienação Fiduciária Cessão de Recebíveis
218900300898	Santander CPR	19/12/2022	05/05/2023	Reais	14.000.000,00	CDI + 2,5%	CDI + 2,5%	14.067.970,77	Alienação Fiduciária Cessão de Recebíveis

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Os contratos celebrados com o Banco Santander, dívidas tomadas pela Terra Santa Agro que foram transferidas à Companhia no âmbito da Reorganização Societária, possuem as seguintes restrições: (i)

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

covenants financeiros com limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado; e (ii) manutenção de participação mínima de determinados acionistas da Companhia à época.

Em complemento, consigna-se, nos termos dos contratos celebrados com o Banco Santander, que os termos “Dívida Financeira Líquida” e “EBITDA Ajustado” adotam as seguintes definições:

“**Dívida Financeira Líquida**”: significa a soma de todas as obrigações financeiras (empréstimos bancários, *floor plan e seller finance*), sejam elas de curto ou longo prazo, e deste montante devem ser deduzidas as disponibilidades (caixas e aplicações financeiras líquidas – 365 dias).

“**EBITDA Ajustado**”: significa, para qualquer período, EBITDA do respectivo período ajustado para (a) excluir os efeitos dos seguintes itens para tal período: (i) qualquer variação no valor ajustado no mercado de ativos biológicos; (ii) qualquer variação na receita operacional líquida resultante da contabilidade do hedge adotado pela Companhia e suas subsidiárias de acordo com GAAP; e (iii) qualquer disparidade dos recebidos e taxas de crédito da Companhia e suas subsidiárias listadas no Anexo ao contrato; e (b) inclusos os efeitos de qualquer receita ou despesa para o respectivo período resultados de (i) transações derivadas de qualquer contrato de câmbio estrangeiro, contrato ou acordo de troca de moeda estrangeira, ou outro contrato ou acordo similar, celebrado a fim de proteger o risco cambial da Companhia e suas subsidiárias, e (ii) quaisquer variações cambiais que são refletidas nas demonstrações de resultados consolidados da Companhia relacionadas às contas a receber ou contas a pagar da Companhia e suas subsidiárias em razão de qualquer diferença entre a data de faturamento relevante e a data de pagamento.

A tabela a seguir apresenta as medições de tais *covenants* realizadas nos três últimos exercícios sociais:

<i>Indicadores nos termos deste contrato</i>	Exercício social findo em	
	31/12/2022	31/12/2021
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>		
Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 5,2 vezes	-0,45	-0,61
Dívida Financeira Líquida	-27.686	-49.152
EBITDA Ajustado	61.908	80.717

Ademais, não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas acima.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima nos termos repactuados

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía linhas de crédito pré-aprovadas, no montante aproximado de R\$ 140.000 (cento e quarenta milhões). Até a data deste Formulário de Referência essas linhas foram utilizadas em R\$ 125.819 (cento e vinte e cinco milhões e oitocentos e dezenove mil), correspondente à 89,87% das linhas de créditos disponíveis

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

<i>Demonstração de Resultados (R\$ Mil)</i>	2022	2021	AH%	AV%
Receita Bruta	104.450	112.640	-7,3%	100,0%
Deduções	(9.439)	(8.372)	12,7%	-9,0%
Receita Líquida	95.011	104.267	-8,9%	91,0%
Receita Líquida Aluguel	215	171	25,7%	0,2%
Receita Líquida Arrendamento	88.627	29.159	203,9%	84,9%
Receita Líquida Adiantamento Arrendamento 70MM	3.484	1.087	220,5%	3,3%
Receita Líquida dos Produtos	2.685	73.850	-96,4%	2,6%
Custos de Produtos Vendidos	(6.791)	(7.140)	-4,9%	-6,5%
Lucro Bruto	88.220	97.127	-9,2%	84,5%
Receitas e Despesas Operacionais	(32.108)	(21.852)	46,9%	-30,7%
Gerais, Administrativas	(28.599)	(14.309)	99,9%	-27,4%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.509)	(7.543)	-53,5%	-3,4%
Lucro Operacional - EBIT	56.112	75.275	-25,5%	53,7%
Resultado Financeiro	(10.700)	(14.691)	-27,2%	-10,2%
Receita Financeira	5.484	2.606	110,4%	5,3%
Despesa Financeira	(16.184)	(17.552)	-7,8%	-15,5%
Variação Cambial		255	-	0,0%
Lucro Antes do IR e CS	45.412	60.584	-25,0%	43,5%
IR e CSLL	91.756	(22.560)	-	87,8%
Impostos Correntes	(16.690)	(6.135)	172,0%	-16,0%
Impostos Diferidos	108.446	(16.425)	-	103,8%
Lucro (prejuízo) líquido do período	137.168	38.024	260,7%	131,3%

Receita líquida de vendas

Receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 95.011 mil comparativamente a R\$ 104.267 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação negativa de 8,9%.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

A receita líquida do Grupo é majoritariamente representada pela receita de arrendamento oriunda dos contratos de arrendamento, que entraram em vigor em 1º de setembro de 2021. Até então, a principal fonte de receita eram os contratos de parceria agrícola.

A receita líquida foi de R\$ 95.011 mil, composta por R\$ 88.627 mil provenientes da apropriação de 8/12 avos da receita de arrendamento da safra 2021/22 e 4/12 avos da receita de arrendamento da safra 2022/23; R\$ 3.484 mil da apropriação do adiantamento do arrendamento; R\$ 2.685 mil referente a venda de madeira fruto do manejo florestal; e R\$ 215 mil, fruto dos aluguéis do escritório de Nova Mutum e do armazém de Rosário do Sul.

Custos de produtos vendidos

Custos de produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 6.791 mil comparativamente a R\$ 7.140 mil no exercício de 2021, o que representou uma queda de 4,9%.

Como a Companhia não possui mais atividade agrícola, esse custo refere-se, majoritariamente, à depreciação dos investimentos, no valor de R\$ 5,724 mil e R\$ 1.067 mil de ITR.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 88.220 mil comparativamente a R\$ 97.127 mil em 2021, o que representou uma variação de 9,2%. O Lucro bruto representou 84,5% e 86,2% da receita bruta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

A comparabilidade entre os períodos não é factível visto que os resultados de 2021 foram compostos, em grande parte, pela operação de parceria agrícola entre a TS Brasil e a Terra Santa Agro e, em menor representatividade, pelo contrato de arrendamento das terras pela SCL. Já em 2022, o resultado passa a ser composto pelas receitas de arrendamento entre a Companhia e a Terra Santa Agro (controlada pela SLC Agrícola), pela receita de aluguel do escritório de Nova Mutum e pela venda de madeira, atividades que contemplam o objeto social da Terra Santa Propriedades Agrícolas.

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 28.599 mil comparativamente a R\$ 14.309 mil no exercício de 2021, o que representou uma variação de 99,9%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representaram -27,4% e -12,7% da receita bruta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Do total das despesas gerais e administrativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 13,4 milhões são despesas não recorrentes que tem a sua maioria originadas do acordo de associação e (ii) R\$ 15,2 milhões de despesas recorrentes para a manutenção do negócio e relacionadas as atividades de manejo florestal sustentável.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (3.509) mil comparativamente a R\$ (7.543) mil no exercício de 2021. Outras receitas (despesas) líquidas representaram -3,4% e -6,7% da receita bruta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Essa redução é atribuído substancialmente pela receita advinda de execução de título extrajudicial movida pela Terra Santa Agro contra a Agropecuária Mãe Margarida, que se encontra na fase de liquidação no qual

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

o juiz homologou o cálculo apresentado pelo perito quanto ao valor devido pela contraparte, ora Agropecuária Mãe Margarida, no montante incontroverso de R\$ 8,3 milhões

Lucro operacional

Lucro operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 56.112 mil comparativamente a R\$ 75.275 mil em 2020, o que representou uma variação negativa de 25,5%. Lucro operacional representou 53,7% e 66,8% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Essa queda é atribuído substancialmente ao término do contrato de parceria agrícolas que impactava o resultado da Companhia até agosto de 2021, aliado ao aumento das despesas não recorrentes.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.484 mil comparativamente a R\$ 2.606 mil em 2021, o que representou uma variação de 110,4%. Receitas financeiras representaram 5,3% e 2,3% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 16.184 mil comparativamente a R\$ 17.552 mil em 2021, o que representou uma variação de -7,8%. Despesas financeiras representaram -15,5% e -5,6% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Essa redução é atribuída a redução dos juros sobre financiamentos, visto que o endividamento da Companhia caiu de R\$ 72,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 29,4 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Variações cambiais, líquidas

A Companhia não apresentou variação cambial no exercício findo de 31 de dezembro de 2022, pois não possui qualquer dívida ou operação atrelada a moeda estrangeira.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de -R\$ 10.700 mil comparativamente a R\$ 14.681 mil em 2021, o que representou uma variação de -27,2%. Resultados financeiros representaram -10,2% e -13,0% da receita bruta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Essa redução é atribuída a redução dos juros sobre financiamentos, visto que o endividamento da Companhia caiu de R\$ 72,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 29,4 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 45.412 mil comparativamente a R\$ 60.584 mil em 2021, o que representou uma variação de -25%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 43,5% e 53,8% da receita bruta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução é atribuída pelo término do contrato de parceria agrícola que impactou a receita, bem como aumento nos gastos, principalmente, os não recorrentes.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$91.756 mil comparativamente a R\$ -22.560 mil em 2021. Imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 87,8% e -20% da receita bruta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a baixa do passivo diferido sobre o custo atribuído resultante da incorporação de subsidiária integral, TS Brasil S.A, no valor de R\$ 119,4 milhões.

Lucro líquido do período

Lucro líquido do período no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 137.168 mil comparativamente a R\$ 38.024 mil em 2020, o que representou uma variação de 260,7%. O lucro líquido do período representou 131,3% e 33,8% da receita bruta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a baixa do passivo diferido sobre o custo atribuído resultante da incorporação de subsidiária integral, TS Brasil S.A, no valor de R\$ 119,4 milhões.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Consolidado		
	2022	2021	AH%
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.412	60.584	-25,04%
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	5.796	5.442	6,50%
Resultado na venda e baixa de bens do imobilizado	3.332	2.027	64,38%
Resultado da equivalência patrimonial			
Provisão para contingências	5.343	4.907	8,89%
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	(2.742)	(773)	254,72%
Plano de incentivo	2.759	2.754	0,18%
Juros e variações cambiais, líquidos	14.751	15.894	-7,19%
Varição nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	(1.305)	(27.447)	-95,25%
Títulos a receber	(2.418)	(2.690)	-10,11%
Estoques	(2)	901	-100,22%
Tributos a recuperar	1.109	1.666	-33,43%
Outros ativos	(45)	(263)	-82,89%
Depósitos judiciais	97	(81)	-219,75%
Salários e contribuições sociais	553	482	14,73%
Tributos a recolher	(4.174)	16.788	-124,86%
Adiantamentos de clientes	(3.743)	73.657	-105,08%
Pagamentos de demandas judiciais	(582)	(27)	-
Títulos a pagar	(2.704)	(29.283)	-90,77%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	61.437	124.535	-50,67%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.028)	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e tributos parcelados	(7.823)	(9.174)	-14,73%
Juros pagos sobre tributos parcelados	(12)	(52)	-76,92%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	45.574	115.309	-60,48%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(543)	(74.748)	-99,27%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(66.195)	(51.544)	28,42%
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida	(21.164)	(10.983)	92,70%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.215	34.198	-32,12%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.051	23.215	-91,17%

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021, consideram as informações financeiras históricas da TS Brasil, a qual foi integralizada pela Companhia em 31 de março de 2021, aplicando a prática contábil do custo precedente, e que refletem a substância econômica das operações consolidadas da Companhia como se ela já existisse desde o início dos exercícios apresentados. A Companhia operava no segmento de parceria agrícola até agosto de 2021, como parceira outorgante e comercialização de produtos

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

agrícolas. A partir de setembro de 2021, entrou em vigor o contrato de arrendamento de terras, com a consequente rescisão do contrato de parceria agrícola, sendo que a Companhia passou a explorar o arrendamento de suas propriedades agrícolas, a administração considera essa operação como principal negócio da Companhia. Diante disto, a comparabilidade das informações entre 2022 e 2021 fica prejudicada frente a alteração da operação da Companhia, conforme descrito acima.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do caixa e equivalentes de caixa foi reduzido em R\$ 21.164 mil ante ao mesmo período de 2021, principalmente (i) pela variação negativa do caixa gerado pelas atividades operacionais em R\$ 69.735 mil; (ii) pela variação positiva do caixa gerado pelas atividades de investimento em R\$ 74.205 mil; (iii) pela variação negativa do caixa gerado pelas atividades de financiamento no valor de R\$ 14.651 mil.

Merecem destaque:

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social apresentou variação de R\$ -15.172 no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021. Esta redução é atribuída a alteração da operação da Companhia que operava no segmento de parceria agrícola até agosto de 2021 e passou a atuar em contratos de arrendamento, consequentemente deixou de comercializar commodities e passou a gerar receita operacional derivado de arrendamento.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros

O ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros apresentou variação de R\$ -1.969 no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021. Esta variação é atribuída dos ativos e passivos do acordo de associação.

Juros e variações cambiais, líquidas

Os juros e variações cambiais líquidas apresentou variação de R\$ -1.143 no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021. Esta variação é atribuída a redução da necessidade de caixa pela mudança do objeto da Companhia.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes apresentou variação de R\$ 26.142 no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021. Esta variação é atribuída a alteração da operação da Companhia. Até 2021 a Companhia comercializava commodities derivado do contrato de parceria. A partir de agosto 2021, passou a receber apenas o arrendamento.

Tributos a recolher

Os tributos a recolher apresentou variação de R\$ -20.962 no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021. Esta variação é atribuída a alteração da operação da Companhia. Até 2021 a Companhia comercializava commodities derivado do contrato de parceria.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Adiantamento de clientes

O adiantamento de clientes apresentou variação de R\$ -77.400 no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021. Esta variação é atribuída ao recurso recebido em 2021 da antecipação do contrato de arrendamento.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social apresentou variação de R\$ -8.028 no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021. Esta variação é atribuída a alteração da operação da Companhia.

Juros pagos sobre empréstimos e tributos parcelados

Os juros pagos sobre empréstimos e tributos parcelados apresentou variação de R\$ 1.351 no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021. Esta variação é atribuída a redução de necessidade de caixa pela mudança do objeto da Companhia.

2.2 – Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 compreende as receitas as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas a partir de 1º de setembro de 2021 e que representa o novo modelo de negócio do Grupo e a receita proveniente do manejo florestal sustentável.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme os comentários da Diretoria apresentados no item 2.1(h) deste Formulário de Referência, os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelo preço das commodities agrícolas, cotação da soja no mercado internacional, e cotação do dólar.

Ainda, a quase totalidade da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 advém de um único cliente. Eventual inadimplência por tal cliente, por qualquer razão, incluindo dificuldades temporárias ou permanentes em seus negócios ou em suas condições financeiras, pode nos afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis à introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

A receita de arrendamento é proveniente de arrendamentos operacionais e é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento. Os arrendamentos para os quais a Companhia e sua controlada não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente são tratados como contratos de aluguel.

A receita desses contratos de arrendamento é determinada por ano-safra e é mensurada com base na multiplicação de uma quantidade fixa de sacas de soja de 60 quilos por hectare arrendado, a depender se área útil ou não, valorizada pela cotação de mercado da commodity para os meses de janeiro a agosto, do ano safra, líquida dos tributos sobre venda, a serem obtidas com potenciais compradores, já definido entre as partes.

A receita está atrelada à variação do preço das commodities, estas vinculadas à cotação do dólar e, conseqüentemente, as nossas receitas sofrem indiretamente impactos pela variação cambial. A receita de arrendamento é reconhecida linearmente no resultado da Companhia. Desta forma, a receita do exercício social de 2022 é impactada por 8/12 avos da receita de arrendamento da safra 2021/22 e 4/12 avos da receita de arrendamento da safra 2022/23, conforme tabela abaixo:

Receita Bruta Exercício de 2022						
	A			B		C = A + B
	SF 21.22	Exercício 2022 SF 21.22 (8 meses)	SF 22.23	Exercício 2022 SF 22.23 (4 meses)	Rcta Líquida Arrendamento	
Área em hectare (ha)	39.189	39.189	39.189	39.189	39.189	39.189
Remuneração unit. (sc's/ha)	16,99	16,99	16,99	16,99	16,99	16,99
Remuneração total (sc's)	665.765	443.843	665.765	221.922	665.765	665.765
Preço médio estimado e fixado (R\$/sc)	144,30	144,30	149,20	149,20	145,95	145,95
Receita Bruta Total (R\$)	96.071	64.057	99.330	33.110		97.167

Já a inflação não impacta diretamente na variação das nossas receitas, pois os produtos são commodities agrícolas negociadas internacionalmente, com cotações negociadas em bolsa de valores, cujos preços obedecem à conjuntura de oferta e demanda nacional e mundial.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Estamos sujeitos a diversos fatores que afetam os nossos resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

- o ambiente macroeconômico brasileiro; e
- a inflação e disponibilidade de crédito.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Ambiente macroeconômico brasileiro: Atuamos no Brasil e, portanto, a maioria das nossas receitas, despesas e ativos é auferida em reais. Conseqüentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego e disponibilidade de crédito podem afetar os resultados das nossas operações. Nossos resultados das operações também são afetados pelas flutuações cambiais. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos serviços e poderá afetar nosso resultado das operações.

Taxas de juros: O Banco Central altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente nossas despesas financeiras, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito, o que influencia nossas operações.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2022

[Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.]

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Ênfases:

“Chamamos atenção para as Notas 1.2 e 2 às demonstrações financeiras, que descrevem que nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, estão contidas operações realizadas pela TS Brasil S.A., antes da integralização de suas ações na Companhia em 31 de março de 2021, no contexto da reorganização de capital do controlador comum à época da reorganização. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Comentários da Administração: Em decorrência da reorganização societária (combinação de negócios entre a SLC Agrícola e a Terra Santa Agro), as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em relação ao exercício social findo em 2021 é apresentada considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil S.A., tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

2.4 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) eventos ou operações não usuais

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia incorporou a TS Brasil, sua subsidiária integral, pelo valor do seu patrimônio líquido contábil, conforme laudo de avaliação patrimonial a valor contábil preparado por empresa especializada, com o cancelamento das ações e a extinção da TS Brasil. Essa operação constituiu uma combinação de negócios sob controle comum e, portanto, fora do escopo do CPC 15/ IFRS 3 – Combinação de negócios. A incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de novembro de 2022.

Com a incorporação da TS Brasil, a Companhia passou a ter registrado no seu próprio ativo, o custo de aquisição das propriedades para investimento (Nota 11), representadas por propriedades agrícolas, o qual estava (i) registrado pelo custo atribuído na TS Brasil, e (ii) acrescido no valor da mais valia atribuída ao ativo (valor pago quando da aquisição desses ativos em combinação de negócios realizada na antiga controladora), nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Dessa forma, a Companhia passou a ter registrado no seu ativo o custo real de aquisição dessas propriedades para investimento, eliminando qualquer diferença entre as bases contábil e fiscal desses ativos, que antes existia nas demonstrações financeiras da controlada TS Brasil e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, e sobre a qual a controlada mantinha tributos diferidos passivos no montante de R\$ 119.344 mil.

Nesse contexto, considerando que não mais existe diferenças nas bases contábil e fiscal dessas propriedades para investimento, os tributos diferidos que eram calculados sobre essas diferenças de base foram revertidos para o resultado do exercício de 2022 (Nota 9.3).

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

2.5 – Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021
EBITDA	61.908	80.717
Margem EBITDA	65,2%	77,4%

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 156/22.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM nº 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM nº 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM nº 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído Resolução CVM nº 156/22.

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	137.168	38.024
(+) IPRJ/CSSL corrente e diferido	-91.756	22.560
(+) Resultado financeiro líquido	10.700	14.691
(+) Depreciação e amortização	5.796	5.442
EBITDA	61.908	80.717
Receita operacional líquida	95.011	104.267
Margem EBITDA	65,20%	77,40%

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas adequadas para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostram o lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usadas internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA oferecem aos investidores uma boa compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

2.6 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Ocorreram os seguintes eventos após as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, cuja emissão foi autorizada em 14 de março de 2022:

a) Processo trabalhista

Em janeiro de 2023, subsequente à data base dessas demonstrações financeiras e, em que pese ainda não ter sido julgado o recurso extraordinário que visa a reforma da ação, não foi deferida medida que sustasse a execução da referida ação que monta em 31 de dezembro de 2022 R\$ 35.659 e líquido dos depósitos judiciais é apresentado nessas demonstrações financeiras em R\$ 24.373. Diante disso, a contraparte acionou os autos executórios através da instauração cumprimento de sentença, sendo deferido pelo juiz a expedição dos alvarás para liberação dos valores já depositados no montante de R\$ 11.286 (Nota 17) em favor do Reclamante. A sentença também determinou que fosse liquidado pela Companhia o saldo remanescente, após a atualização e dedução dos depósitos.

Em 17 de fevereiro de 2023, foi realizado pela TESA o depósito em juízo no valor de R\$ 24.373 correspondente ao valor remanescente após a dedução do saldo mantido em depósito em juízo anteriormente constituído e devidamente refletidos nessas demonstrações financeiras.

Em 02 de março de 2023, foi realizado, também pela TESA um novo depósito em juízo no valor de R\$ 700, decorrente de atualização monetária e de multa. Os referidos desembolsos pela TESA estão contidos no acordo e serão indenizados pela Companhia, conforme nota 28 (b).

b) Acordo

Em 31 de dezembro de 2022 o direito líquido indenizável apurado pela Companhia, conforme nota 1.2.2 (b), é de R\$ 14.672. Subsequente a data base dessas demonstrações financeiras, houve o evento da liquidação da sentença, conforme nota 28 (a), no total de R\$ 25.073 mediante depósito em juízo efetuado pela TESA (SLC Agrícola S.A.) e indenizável pela Companhia, conforme determina o acordo. Desta maneira, em 30 de abril de 2023, data definida contratualmente para o desembolso pela parte devedora e recebimento pela parte credora, a Companhia passe a ter a obrigação líquida de reembolsar a TESA (SLC Agrícola S.A.) em R\$ 10.401 (Obrigação de R\$ 24.373 do processo trabalhista acrescidos de R\$ 700 de atualização monetária e multa e deduzido do direito líquido reconhecido até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 14.672) (nota 1.2.2 (b)).

c) Não modulação dos efeitos da quebra da coisa julgada

Em decisão unânime tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

Em virtude disso, a Companhia está monitorando o andamento do tema, assim como a repercussão dos efeitos da decisão. A Companhia revisou a probabilidade de perda dos processos e concluiu, até o momento, não ter impacto em suas demonstrações financeiras findadas em 31 de dezembro de 2022.

d) Comunicado de litígios societários

Em 1º de março de 2023, a Companhia foi comunicada por um de seus acionistas sobre a instauração de procedimento arbitral perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, em que um acionista da Companhia requer que determinado grupo de acionistas à indenizem pela suposta não comutatividade nos contratos de arrendamento firmado com a TESA. A Diretoria ressalta que a Companhia não é parte requerida na referida arbitragem.

Os detalhes adicionais sobre essa arbitragem estão divulgados no comunicado de litígios societários, elaborado pela Diretoria na forma do Anexo I da Resolução CVM nº 80/2022.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

2.7 – Política de destinação dos resultados

	2022
a) Regras sobre retenção de lucros	<p>5% serão aplicados na constituição de Reserva Legal, a qual não excederá 20% do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal</p> <p>25% do lucro líquido de cada exercício financeiro será distribuído como dividendo obrigatório, nos termos do que determina o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral com base na proposta da administração</p>
a.i) Valores das retenções de lucros	<p>A Companhia destinou os seguintes montantes às suas reservas:</p> <p><u>Reserva Legal</u>: R\$6.858,4 mil;</p>
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p><u>Reserva Legal</u>: 5%</p>
b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>25% do lucro líquido de cada exercício financeiro serão distribuídos como dividendos obrigatórios, nos termos do que determina o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral com base na proposta da administração</p>

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

	2022
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Diretoria Executiva, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.</p> <p>A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (i) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;</p> <p>(ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.</p>
d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.</p>
e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

2.8 – Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) *carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(ii) *contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(iii) *contratos de construção não terminada*

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(iv) *contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Subsequente as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia captou R\$ 99.660 (noventa e nove milhões e seiscentos e sessenta mil) de linhas de créditos aprovadas.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

2.9 – Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

A captação de R\$ 99.660 mil irá gerar um acréscimo nas despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos no resultado financeiro, além do aumento do endividamento da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Do total dos R\$ 99.660, R\$ 14.660 é para capital de giro e o restante para fazer frente ao pagamento de dividendos aprovados em RCA de 14 de março de 2023.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Obrigação: captação de R\$ 99.660, sendo R\$ 14.660 para capital de giro e o restante para fazer frente ao pagamento de dividendos aprovados em RCA de 14 de março de 2023. Não existem direitos assumidos.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

2.10 – Plano de negócios

(a) investimentos, incluindo:

(i) *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(ii) *fontes de financiamento dos investimentos*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(iii) *desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(ii) *montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) *projetos em desenvolvimento já divulgados*

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não houve gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG.

2.11 – Outros fatores com influência relevante

Demonstrações Financeiras

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021 no contexto da reorganização societária da Terra Santa Agro, a qual foi conduzida por seus antigos acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da Terra Santa Agro para a SLC Agrícola S.A. Como resultado dessa reorganização societária, a Companhia se tornou uma *holding* não operacional, cuja sua subsidiária TS Brasil (anteriormente subsidiária da Terra Santa Agro), é a atual responsável pela gestão das terras e benfeitorias localizadas nas terras que pertenciam à Terra Santa Agro, visto que a TS Brasil não é parte da referida transação.

Em decorrência do exposto acima, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020 e 2019 e 2018 utilizadas como base para este Formulário de Referência estão sendo apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil, tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020 e 2019, as quais são utilizadas como base para este Formulário de Referência, correspondem às demonstrações financeiras da TS Brasil, sendo que, em 31 de março de 2021, a Terra Santa Agro integralizou, na Companhia, acervo líquido representado, dentre outros, pelo seu investimento na TS Brasil.

Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide item 6.6 deste Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

3 – ANEXO II: PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Art. 10, § Único, II, e Anexo A - Resolução CVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou lucro líquido no montante de R\$ 137.167.179,94.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	Bruto por ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)
Dividendos declarados em 14 de março de 2023	1,354461935	130.308.820,94
Total de proventos	1,354461935	130.308.820,94

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

100% do lucro líquido à disposição, após o desconto da parcela destinada à reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não há proposta de distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

7.

a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Em reunião realizada em 14 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 130.308.820,94.

b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Os dividendos foram aprovados para pagamento em duas parcelas, sendo:

- (i) primeira parcela em 28 de março de 2023, no valor de R\$ 85.000.000,00; e
- (ii) segunda parcela em 05 de maio de 2023, no valor de R\$ 45.308.820,94.

8. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2022	2021
Lucro Líquido à disposição	1,354461935	R\$ 0,204923488
Dividendos	1,354461935	R\$ 0,204923488
Juros sobre Capital Próprio	N/A	N/A
Total distribuído	1,354461935	R\$ 0,204923488

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021, não possuindo, portanto, proventos em relação a exercícios anteriores.

9. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 2022, a destinação do lucro do exercício para a reserva legal foi de R\$ 6.858.359,00.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O montante destinado à reserva legal corresponde a 5% do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

10. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

11. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do artigo 34 do Estatuto Social, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda, o lucro líquido do exercício terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, observando-se o seguinte:

- (i) 5% serão aplicados na constituição de Reserva Legal, a qual não excederá 20% do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30%

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

(trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

- (ii) 25% do lucro líquido de cada exercício financeiro serão distribuídos como dividendos obrigatórios, nos termos do que determina o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iii) o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral com base na proposta da administração.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

12. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

15. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável.

16. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

17. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

**4 – ANEXO III: CANDIDATOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL
(Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Abaixo encontram-se nomes dos candidatos propostos pela administração.

7.3 - Composição e experiência profissional da administração

1)

Nome:	Silvio Tini de Araújo
CPF:	064.065.488-68
Data de Nascimento:	02/07/1946
Profissão:	Empresário
Cargo eletivo ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/pretendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável.
Data de início dos Mandatos Consecutivos	10/05/2021
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não Aplicável

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Paulista e empresário, lidera a Bonsucex Holding desde sua fundação, em 1982. Bacharel em Ciências Jurídicas e Econômicas é graduado e pós-graduado em Direito Civil pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, com extensão em Macroeconomia pela New York Institute of Finance – NYIF. É presidente do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. e membro do Conselho de Administração da Alpargatas S.A. É membro do Comitê de Finanças da Alpargatas S.A. Conselheiro do Museu de Arte de São Paulo (MASP), e, fundador e vice-presidente de honra do Museu Brasileiro de Escultura (MUBE). Além disso, é conselheiro da Sociedade Hípica Paulista (SHP) e fundador da Associação Brasileira de Criadores do Cavallo Andaluz-Brasileiro (ABCAB). Foi Conselheiro do São Paulo Golf Clube (SPGC), e, é presidente e fundador do Pôr do Sol Golf Clube. É sócio remido e benfeitor do Sport Club Corinthians Paulista (SCCP).

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

Presidente da Bonsucex Holding S.A., Presidente do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas, membro do Conselho de Administração da Alpargatas S.A.

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Sim - processo extinto, que culminou com a aplicação de multa já quitada.

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

O membro não é considerado independente

2)

Nome:	Renato Carvalho do Nascimento
CPF:	633.578.366-53
Data de Nascimento:	07/04/1971
Profissão:	Engenheiro
Cargo eletivo ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/pretendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Data de início dos Mandatos Consecutivos	10/05/2021
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

O Sr. Renato Carvalho do Nascimento é membro do Conselho de Administração da Companhia e sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos. Graduiu-se em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica da USP, com um MBA pela Tuck School of Business at Dartmouth. Foi sócio fundador da Angra Partners. Acumulou experiência de investment banking na Lehman Brothers em Nova York e como consultor pela Monitor e Accenture. Foi membro dos conselhos de administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de presidente do conselho da Maeda. Renato é atualmente presidente do conselho da TMA no Brasil. Renato foi professor de finanças do curso de MBA do Insper em São Paulo.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial em face de Renato Carvalho do Nascimento. O Sr. Renato Carvalho do Nascimento é considerado membro independente por se enquadrar no conceito de conselheiro independente constante do Regulamento do Novo Mercado da B3.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

- Membro do Conselhos de Administração da Telemig
- Membro do Conselhos de Administração do Metrô-RJ e Tropical
- Presidente do Conselho de Administração da Maeda S.A. Agroindustrial
- Membro do Conselho de Administração da Via Varejo
- Membro do Conselho de Administração do TMA (*turnaround management association*) no Brasil.
- Membro do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

O membro não é considerado independente

3)

Nome:	Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
CPF:	293.525.618-21
Data de Nascimento:	23/07/1980
Profissão:	Advogado
Cargo eletivo ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/pretendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável.
Data de início dos Mandatos Consecutivos	10/05/2021
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Membro do Comitê de Assuntos Jurídicos

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Advogado. Bacharel em Direito pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Kursou LLM em Direito Societário pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa. Realizou os Cursos de Conselho Fiscal na Prática e Secretaria de Governança Corporativa pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi estagiário e advogado em escritórios de advocacia de renome. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo. Associado da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). É membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A. e Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. É membro do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A., dos Comitês de Inovação e de Auditoria da Terra Santa Agro S.A. É membro do Comitê de Gente da Terra Santa Agro S.A. É coordenador do Comitê Jurídico da Rossi Residencial S.A. Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Paranapanema S.A. e atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A. Ocupa o cargo de Advogado da Bonsucex Holding S.A.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

- Membro Efetivo do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A.
- Membro Efetivo do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.
- Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria da Terra Santa Agro S.A.
- Membro do Comitê de Gente da Terra Santa Agro S.A.
- Membro do Comitê de Inovação da Terra Santa Agro S.A.
- Membro do Comitê de Governança e de Assuntos Jurídicos da Terra Santa Agro S.A.
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Paranapanema S.A.
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A.
- Coordenador do Comitê Jurídico da Rossi Residencial S.A.

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

Não é considerado membro independente

4)

Nome:	Julio Cesar de Toledo Piza Neto
CPF:	157.429.868-23
Data de Nascimento:	18/08/1970
Profissão:	Engenheiro Agrônomo
Cargo eletivo ocupado:	Membro Independente do Conselho de Administração

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Data de eleição atual/preendida:	20/04/2023
Data da posse atual/preendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/preendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável.
Data de início dos Mandatos Consecutivos	10/05/2021
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável.

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ/USP de Piracicaba e pós-graduado em Administração e Finanças pela Columbia Business School de Nova Iorque. Além de experiência de 8 anos como Engenheiro Agrônomo no campo, o Sr. Piza também trabalhou por 6 anos na McKinsey and Company em São Paulo, onde assumiu posições de destaque, bem como foi CEO da Brasil Agro no período de 2008 a 2016.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

Conselheiro de Administração na Boa Safra Sementes
Conselheiro de Administração na Atvos
Conselheiro de Administração na Usina Santa Terezinha
Senior Advisor for Agribusiness McKinsey & Company
Conselheiro de Administração na Terra Santa Propriedades Agrícolas
Conselheiro de Administração no Grupo Roncado

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Não existe qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

A Companhia utiliza como base de seus critérios de eleição de seus Conselheiros Independentes, as recomendações propostas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado instituído pela B3, o qual determina que “Conselheiro Independente” caracteriza-se por: (i) não é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) não tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; e (iv) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) não recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar 000

5)

Nome:	Ricardo Baldin
CPF:	163.678.040-72
Data de Nascimento:	14/07/1954
Profissão:	Contador
Cargo eletivo ocupado:	Membro Independente do Conselho de Administração
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/pretendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável
Data de início dos Mandatos Consecutivos	21/12/2021

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável.
---	-----------------------

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Bacharel em ciências contábeis, auditor independente há 31 anos e ex-sócio da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. É membro independente e especialista financeiro do Comitê de Auditoria no Grupo Itaú Unibanco desde 2021. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Executivo de Auditoria Interna no Itaú Unibanco S.A. (2009 a 2015). É Coordenador do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A. desde 2018 e da Eneva S.A. desde 2019; membro do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A. desde 2020; membro da Comissão de Governança de Instituições Financeiras do IBGC desde 2021 e é Consultor de Empresas na RMB Assessoria e Consultoria Empresarial e Contábil EIRELI. Atuou como membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria da XP Investimentos S.A. (2020 a 2021); membro do Comitê de Auditoria da Totvs S.A. (2020); membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Ecorodovias (2018 a 2020); membro do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (2018 a 2019); membro do Comitê de Auditoria da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) (2014) e da Tecnologia Bancária (TECBAN) (2015) e Coordenador do Comitê de Auditoria da Redecard S.A. (2013 a 2014). Foi Diretor de Controladoria, Tecnologia e Controles Internos e Riscos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2016 a 2017). Atuou por 31 anos como auditor independente e ex-sócio da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e foi também sócio responsável do Grupo de Instituições Financeiras da PwC na América do Sul, tendo coordenado diversos trabalhos na região, inclusive a avaliação do Sistema Financeiro do Equador, e na avaliação do Sistema Financeiro Público Nacional, além de ter participado de vários trabalhos de due diligence desse sistema.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

Conselheiro de Administração da XP Investimentos (2020 a 2021)
Conselheiro de Administração na Ecorodovias (2018 a 2020)

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

A Companhia utiliza como base de seus critérios de eleição de seus Conselheiros Independentes, as recomendações propostas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado instituído pela B3, o qual determina que “Conselheiro Independente” caracteriza-se por: (i) não é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) não tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; e (iv) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) não recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar

CONSELHO FISCAL

Abaixo encontram-se nomes dos candidatos propostos pela administração.

1)

Nome:	Roberto Cesar Guindalini
CPF:	063.492.838-48
Data de Nascimento:	13/12/1964
Profissão:	CFO
Cargo eletivo ocupado:	Membro do Conselho Fiscal
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/pretendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável
Data de início dos Mandatos Consecutivos	26/04/2022

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável.
---	-----------------------

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdades Integradas Tibiriçá. Realizou curso de Pós-graduação em Gestão em Controladoria, Auditoria e Tributos, pela Fundação Getúlio Vargas e é pós-graduado em Gestão de Negócios pelo Instituto de Ensino e Pesquisas - INSPER. Possui certificação como Conselheiro Fiscal pelo Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Foi Auditor Pleno e Sênior nas áreas fabril, comercial, financeiro, varejo, supply chain, recursos humanos e jurídica (1985 – 1989). Foi Coordenador de Auditoria nas áreas fabril, comercial, financeiro, varejo, supply chain, recursos humanos e jurídica (1989 – 2003). Foi Gerente de Projetos, responsável por projeto especial comercial na área de negócios de calçados profissionais e pelo gerenciamento de controle orçamentário de projetos de expansão. (2003 – 2009). Foi Gerente de Auditoria na Alpargatas S.A. (2010 – 2020) Foi Diretor Interino de Administração e Finanças, responsável interinamente pela Diretoria Financeira da Alpargatas na Argentina (2014 – 2015). Foi Conselheiro Fiscal da Terra de Aventura Indústria de Artigos Esportivos LTDA – OSKLEN. Atua como CFO de empresa de capital fechado, varejista do ramo de Calçados. É Conselheiro Fiscal na ALPAPREV – entidade de previdência privada da empresa Alpargatas S/A.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

Não exerceu.

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

Não aplicável ao Conselho Fiscal

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Nome:	Célio de Melo Almada Neto
CPF:	255.588.078-06
Data de Nascimento:	03/08/1975
Profissão:	Advogado
Cargo eletivo ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/pretendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável
Data de início dos Mandatos Consecutivos	N/A
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável.

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas sendo especialista em Direito Processual Civil pós-graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Trabalhou em escritórios de advocacia renomados, é membro do Conselho de Administração da empresa BOMBRIL S.A. e foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A. Foi membro suplente do Conselho Fiscal da empresa Azevedo & Travassos S.A.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

- Conselheiro de Administração na Bombril S/A
- Presidente do Conselho de Administração na Siderurgica J.L. Aliperti S.A.

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

Não se aplica ao Conselho Fiscal

2)

Nome:	Maria Elvira Lopes Gimenez
CPF:	136.012.018-10
Data de Nascimento:	18/05/1970
Profissão:	Economista
Cargo eletivo ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/pretendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável
Data de início dos Mandatos Consecutivos	26/04/2022
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável.

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Bacharel em Ciências Econômicas pelo Instituto Santanense de Ensino Superior – Uni Sant’Ana. Realizou os Cursos de Conselho Fiscal na Prática pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Matemática Financeira pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, Contabilidade Introdutória pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, Retenção de Impostos e Emissão de Notas Fiscais, SPED/NF-e, Escrituração Fiscal e Contábil Digital. Desde 2015 atua como

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Conselheira Fiscal de Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado. Foi membro do Conselho Fiscal da AES Tietê Energia S.A., membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Providência Ind. e Com. S.A. e da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Bicycletas Monark S.A., do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., da Penatti Industrial Têxtil S.A., WLM Indústria e Comércio S.A., Companhia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA, Whirlpool S.A., Tronox Pigmentos do Brasil S.A. e São Martinho S.A.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

Não aplicável

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não existe qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

Não se aplica ao Conselho Fiscal

Nome:	Jhonny Fernandes de Sousa
CPF:	349.604.488-81
Data de Nascimento:	19/11/1983
Profissão:	Auditor/Consultor Contábil e Fiscal
Cargo eletivo ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Prazo do mandato atual/preendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável
Data de início dos Mandatos Consecutivos	Não aplicável.
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável

h) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Bacharel em Ciências Contábeis, legalmente habilitado a realizar perícias judiciais de natureza econômica, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – sob o CRC-SP-325831/O-2, nomeado como perito técnico para realizar a prova pericial relativa a fatos econômicos. Trabalhou em empresas de grande porte do setor de auditoria contábil por 15 anos. É perito contábil graduado pela IPOG. É sócio de empresa de avaliação, consultoria empresarial e auditoria que presta serviços a diversas empresas de médio e grande porte nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Tocantins, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do sul. Em 2019, fundou a J.F Solução, com foco na otimização de desempenho das companhias, contábil, fiscal, financeira e processo.

i) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

Não aplicável.

j) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

k) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

l) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

m) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

n) Critérios de membro independente:

Não se aplica ao Conselho Fiscal

3)

Nome:	Fernando Dal-Ri Murcia
CPF:	259.091.048-70
Data de Nascimento:	16/07/1977
Profissão:	Contador
Cargo eletivo ocupado:	Membro do Conselho Fiscal
Data de eleição atual/pretendida:	20/04/2023
Data da posse atual/pretendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/pretendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável
Data de início dos Mandatos Consecutivos	26/04/2022
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável.

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Fernando Dal-Ri Murcia é bacharel em Business Management pela Webber International University (EUA) e em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (SC). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo. Professor concursado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Membro suplente do Conselho Fiscal da Gerdau S.A. Membro do Grupo de Estudos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em matéria contábil-tributária em parceria com o Grupo de Estudos Contábeis da Receita Federal do Brasil (RFB), Membro da Comissão de Finanças e Contabilidade do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Membro da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), Representante da América Latina no Programa de Pesquisadores Emergentes da International Association for Accounting Education and Research (IAAER), e Pesquisador- Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Atualmente é membro dos Comitês de Auditoria da Locaweb e da FUNCEF e dos Conselhos Fiscais da Renova Energia e da EPTV. Anteriormente foi presidente do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Distribuição, membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Via Varejo, membro do Conselho Fiscal da Folha Participações e membro suplente dos Conselhos Fiscais da Gerdau e da Marfrig.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

Conselheiro Fiscal da Renova

Conselheiro Fiscal da Via Varejo

Conselheiro Fiscal da Companhia Brasileira de Distribuição

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

Não se aplica ao Conselho Fiscal

Nome:	Carlos Elder Maciel de Aquino
CPF:	226.993.094-00
Data de Nascimento:	09/04/1961
Profissão:	Contador
Cargo eletivo ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição atual/preendida:	20/04/2023
Data da posse atual/preendida:	Até 30 dias após eleição
Prazo do mandato atual/preendida	Assembleia Geral Ordinária de 2024
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não aplicável

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Data de início dos Mandatos Consecutivos	26/04/2022
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não aplicável.

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Formado em Ciências Contábeis pela UFPE, MBA pela USP e IBMEC e mestrando pela PUC-SP. Executivo com mais de 20 anos de experiência em posições de liderança em instituições financeiras e em auditoria, além de vasto conhecimento na estruturação e participação de comitês de auditoria, conselhos de administração e conselho fiscal. ocupa cargo de administrador em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

N/A

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não existe qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

Não se aplica ao Conselho Fiscal

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

7.5 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor;**
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;**
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor;**
- d. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor;**

Os candidatos declararam que não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração da Companhia e de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras., nos termos do item 7.5.

7.6. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social;**
- b. controlador direto ou indireto do emissor;**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

Os candidatos declararam não haver qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

._*_._

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

**5 – ANEXO IV: INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL
(Item 08 do Formulário de Referência)**

ANEXO 05 - INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ART. 13, I, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22 E ITEM 08 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (RESOLUÇÃO CVM Nº 80/22))

8.1 Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração e poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (terrasantapa.com.br) ("Política de Remuneração"). Não obstante, os objetivos e práticas de remuneração da Companhia, estão alinhados às práticas de mercado, com o intuito de atrair e reter talentos e bons profissionais que demonstrem qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades da Companhia.

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um; (b) o padrão de outros executivos e profissionais; e (c) o desempenho coletivo das equipes, no que tange as metas operacionais e de lucratividade.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou e recepcionou as outorgas oriundas do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo, que tem como propósito o (a) alinhamento de interesses da Companhia e dos Participantes e (b) incentivo aos Participantes, por meio de concessão de oportunidade de receberem, pela Companhia, ações de sua emissão, mediante o cumprimento das condições previstas no Plano de Incentivo.

Por fim, em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2021, foi aprovado o Plano de Ações Restritas da Companhia, que estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de Ações Restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração será responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração se baseia em uma tabela salarial feita utilizando metodologia de mercado e comparações fornecidas por consultoria especializada, visando definir o nível adequado dos cargos e das responsabilidades. Anualmente, essa tabela é ajustada de acordo com as variações do mercado, a fim de manter sua competitividade

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração poderá avaliar periodicamente a adequação da política de remuneração, sendo, no mínimo, uma vez ao ano, a fim de identificar possíveis ajustes necessários, baseados nas práticas de mercado.

(c) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com a legislação. Além disso, todos são reembolsados de todas as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício das atribuições para as quais foram eleitos.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria estatutária recebem remuneração fixa. A política de remuneração é de acordo com as melhores práticas de mercado. Além disso, possuem um plano de remuneração variável condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas, as quais variam dependendo da área de atuação do Diretor. A Critério do Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, poderá receber remuneração variável adicional a ser desembolsada conforme critérios qualitativos avaliados pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, recebem somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Os participantes do Comitê de Auditoria e dos comitês não estatutários permanentes recebem uma remuneração fixa. Os membros do Conselho de Administração, bem como qualquer colaborador da Companhia, que participam dos Comitês, não recebem remuneração adicional

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

A remuneração variável anual dos diretores estatutários leva em consideração a aplicação de fatores corporativos e do resultado das áreas sob sua gestão, sendo que cada uma desses fatores tem pesos distintos. A forma de pagamento do bônus é de 10% após a apuração das metas.

Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conforme descrito no item 8.7 do Formulário de Referência, a Companhia foi constituída somente em 11 de janeiro de 2021 e as suas demonstrações financeiras consideram os registros contábeis históricos da TS Brasil S.A.

Em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e parte de 2021, os administradores da Companhia não receberam qualquer remuneração, uma vez que renunciaram à sua remuneração pelo exercício de suas atividades na Companhia, sendo que somente receberam remuneração decorrente de suas atividades exercidas exclusivamente na Terra Santa Agro, antiga controladora da Companhia. Assim, conforme exposto nas respectivas demonstrações financeiras, não houve reconhecimento de remuneração com a administração da Companhia em tais exercícios. Para o ano de 2021, os administradores passaram a receber remuneração a partir de julho, quando da concessão do registro de Companhia Aberta pela CVM e da conclusão da combinação de negócios da SLC Agrícola e Terra Santa Agro. Neste sentido, a tabela abaixo reflete tal racional:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração baseada em ações	Remuneração variável	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria Estatutária	29%	64%	7%	100%
Diretoria Não Estatutária	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	100%
Comitê de Auditoria	100%	-	-	100%

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração baseada em ações	Remuneração variável	Total
Conselho de Administração	100%-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	22%	78%	-	100%
Diretoria Não Estatutária	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%-	-	-	100%
Comitê de Auditoria	100%-	-	-	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração baseada em ações	Remuneração variável	Total
Conselho de Administração	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	-	-	-	100%
Diretoria Não Estatutária	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	100%
Comitê de Auditoria	-	-	-	100%

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia contratou empresa referência de mercado para realização de tabela comparativa de salários com player de mercado, visando a possibilidade de análise comparativa para enquadramento dentro das melhores práticas de mercado.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

O objetivo fundamental deste instrumento é a adequação das práticas de administração salarial comumente encontrada no mercado, bem como o alcance do equilíbrio interno entre os cargos e níveis da empresa.

A política de remuneração considera, para diretores e presidente, os resultados apresentados anualmente na pesquisa Top Executive (mediana ou P50) e reavalia sua tabela salarial utilizando-a como referência.

Após a análise dos resultados apresentados, a área de recursos humanos da Companhia envia a sugestão de reajuste dos elementos de remuneração para a aprovação do Conselho de Administração. Este tem a responsabilidade de aprovar nova tabela salarial e avaliar a necessidade de adequação dos salários de cada um dos diretores.

No caso da remuneração do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, não existe uma metodologia para cálculo de reajuste, sendo o salário fixo estabelecido pelo Conselho de Administração.

A remuneração variável da administração (aplicável apenas à Diretoria) é atrelada ao cumprimento de metas corporativas e individuais, podendo ir de 0% a 200%.

A Companhia também recepcionou outorgas do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo e aprovou um Plano de Ações Restritas, conforme detalhado no item 8.4 abaixo.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Para a remuneração fixa, são levados em consideração indicadores a respeito da aderência da respectiva prática à realidade de mercado, especialmente de posições similares em empresas de complexidade similar.

Para a remuneração variável, são estabelecidas metas corporativas as quais são analisadas anualmente com os resultados obtidos. Dessa forma, os bônus são estruturados, conforme o cargo, tendo como base as seguintes métricas: metas individuais de acordo com as atividades operacionais específicas de cada diretor, metas de resultado, como Lucro Líquido.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Analisando as melhores práticas de mercado e visando manter competitivos e atrativos, a remuneração total é composta pelos seguintes motivos:

- Remuneração fixa: atribuída ao ocupante conforme o cargo.
- Remuneração variável: estimular o engajamento e motivação dos diretores da empresa.

(iii) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pela Companhia. No exercício social de 2020, não havia Conselho de Administração constituído e Comitês instalados, sendo que os membros da Diretoria não recebiam quaisquer remunerações por suas funções na Companhia, visto que já eram remunerados por suas funções na antiga controladora da Companhia.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.2 – Remuneração total do Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração prevista para o Exercício Social 31/12/2023

Em reais (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,00	2,00	3,00	8,00
Nº de Membros Remunerados	6,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.916.816,00	1.333.432,88	205.839,90	3.456.088,78
Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	301.748,89	0,00	301.748,89
Participação de Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações (1)	0,00	202.162,33	0,00	202.162,33
Observação	Nº de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	1.916.816,00	1.837.344,10	205.839,90	3.960.000,00

(1) Refere-se a provisão do plano de incentivo ao alinhamento estratégico de longo prazo

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2022 - Valores Anuais

Em reais (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,00	2,00	3,00	8,00
Nº de Membros Remunerados	6,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.980.000,00	1.260.000,00	126.000,00	3.366.000,00
Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	307.500,00	0,00	307.500,00
Participação de Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações (1)	0,00	2.759.000,00	0,00	2.759.000,00
Observação	Nº de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	1.980.000,00	4.326.500,00	126.000,00	6.432.500,00

(1) Refere-se a provisão do plano de incentivo ao alinhamento estratégico de longo prazo

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Remuneração Total do Exercício Social 31/12/2021 - Valorres Anuais

Em reais (R\$)	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária (1)	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,20	2,00	N/A	7,20
Nº de Membros Remunerados	5,20	2,00	N/A	7,20
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	571.666,67	791.000,00	0,00	1.362.666,67
Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações ⁽²⁾	0,00	2.754.111,71	0,00	2.754.111,71
Observação	Nº de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	571.666,67	3.545.111,71	0,00	4.116.778,38

(1) Considerado membros do Conselho de Administração e Diretoria desde julho de 2021, pois nos primeiros meses do ano, os administradores eram remunerados na antiga controladora da Companhia

(Terra Santa Agro)

(2) Referente a provisão do plano de incentivo ao alinhamento estratégico de longo prazo, conforme critério de competência

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Remuneração Total do Exercício Social 31/12/2020 - Valores Anuais

Em reais (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios Direto e Indireto	N/A	N/A	N/A	N/A
Participações em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	N/A	N/A	N/A	M/A
Cessação do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Observação	Nº de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.3. Em relação à remuneração variável dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)

Remuneração variável para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	2	-	-
Nº de Membros Remunerados	-	2	-	-
Bônus			-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	301.749	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	301.749	-	-
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social findo em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	2	-	2
Nº de Membros Remunerados	-	2	-	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	(1)	-	(1)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	853.125	-	853.125
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	853.125	-	853.125
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	307.500		307.500
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

(1) O valor do bônus pode ser zero

(2) Além do bônus, em 2022, esta previsto o pagamento do plano de incentivo ao alinhamento estratégico de longo prazo das tranches vencidas em 2021 e vincendas em 2022.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	-	-	-
Nº de Membros Remunerados	-	-	-	-
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

1. Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo

a) Termos e condições gerais

Os principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo incentivar: (a) o alinhamento de interesses dos Participantes e dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (b) a permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas.

A forma como o plano contribui para esses objetivos

Por meio da concessão, ao Participantes, da oportunidade de receberem Ações Plano mediante o cumprimento das condições estipuladas no Plano, incluindo o investimento voluntário de recursos financeiros próprios na aquisição e manutenção, a partir da Data Término de Aquisição até o fim do Período de Lock-Up de Ações Próprias sob sua conta e risco.

Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

Trata-se de incentivo de longo prazo, o qual compõe o potencial de ganho dos Participantes, representando essencialmente um incentivo à retenção de pessoal-chave. Insere-se na estratégia de alinhamento de objetivos e interesses no longo prazo, visando privilegiar a geração de valor agregado e sustentabilidade para a Companhia.

Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano constitui instrumento incentivador para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os Participantes são estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano alinha os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os Participantes se tornem acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Participantes ao longo do tempo incluem, por exemplo, os prazos de carência para a efetiva transferência das ações e prazos de indisponibilidade para ações que tenham sido adquiridas com recursos próprios (Ações Próprias) e cedidas pela Companhia (Ações Plano).

b) Data de aprovação e órgão responsável

Em 21 de dezembro de 2021, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a migração e recepção pela Companhia das outorgas do plano de incentivo de longo prazo do Diretor Presidente no âmbito da Terra Santa Agro para a Terra Santa Propriedades Agrícolas.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

c) Número máximo de ações abrangidas pelo plano

No âmbito do Plano de Incentivo, poderão ser cedidas aos Participantes, ações representativas de, no máximo, 2% do capital social total da Companhia, o qual poderá ser ajustado nos termos da Cláusula 10.2 do Plano, respeitadas as disposições da lei e regulamentação aplicável.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Incentivo não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes.

e) Condições de aquisição

O Plano de Incentivo concede, aos Participantes, a oportunidade de receber ações de emissão da Companhia (“Ações Plano”), mediante o cumprimento das condições de permanência estipuladas no Plano e o investimento voluntário de recursos financeiros próprios na aquisição e manutenção de ações da Companhia (“Ações Próprias”) por determinado período compreendido desde a Data Término de Aquisição até o fim do “Período de Lock Up”, sob conta e risco dos Participantes.

Na condição de contrato mercantil de investimento em ações, a aquisição de “Ações Próprias” e de “Ações Plano” representam atos que decorrem da vontade do Participante, o qual reconhece e está informado sobre os riscos inerentes às operações de renda variável de perda financeira em seu investimento.

As “Ações Plano” serão cedidas de forma não onerosa aos Participantes desde que, cumulativamente: (i) comprovem a realização do investimento e a plena e legítima titularidade e propriedade das “Ações Próprias” adquiridas até a “Data Término de Aquisição”, definida em cada Programa a ser aprovado anualmente pelo Conselho de Administração; (ii) permaneçam continuamente vinculados como integrantes da Companhia ou de sociedades controladas pela Companhia; e (iii) mantenham, sob sua propriedade ininterrupta, as “Ações Próprias” desde a Data Término de Aquisição até o fim do Período de Lock Up.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Incentivo não é um Plano de Opção de Ações e, portanto, não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes. A critério do Conselho de Administração, e dentro dos limites aprovados em Assembleia, poderão ser concedidas até 1 (uma) Ação Plano para cada Ação Própria. A decisão do Conselho de Administração é discricionária, contudo, pode considerar os seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Cessão; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das ações da Companhia negociadas na B3 na data de aprovação de cada Programa.

g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

O Plano de Incentivo não é um Plano de Opção de Ações e, portanto, não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes. Uma vez manifestada a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa por meio da assinatura do Termo de Adesão, os Participantes deverão comprovar a realização do investimento e a plena e legítima titularidade e propriedade das “Ações Próprias” adquiridas até a “Data Término de Aquisição”, definida em cada Programa a ser aprovado anualmente pelo Conselho de Administração. Uma vez satisfeitas as condições de investimento e permanência na Companhia estabelecidas no Plano e no respectivo Programa, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia transferirá, por meio de operação privada, formalizada em Contrato de Cessão, para os Participantes: (i) 1/3 das Ações Plano, após 12 (doze) meses da data da celebração do Termo de Adesão; (ii) 1/3 das Ações Plano, após 24 (vinte e quatro) meses da data da celebração do Termo de Adesão; e (iii) 1/3 das Ações Plano, após 36 (trinta e seis) meses da data da celebração do Termo de Adesão.

h) Forma de liquidação

O Plano de Incentivo será liquidado mediante a transferência de ações em tesouraria.

i) restrições à transferência das ações

O Período de Lock-Up será de 12 (doze) meses (i) contados a partir da Data Término de Aquisição, para Ações Próprias e (ii) contado a partir da data da aquisição de propriedade, através de transferência, por meio de cessão das Ações Plano.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O direito dos Participantes ao recebimento das “Ações Plano” nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Cessão será extinto automaticamente e sem qualquer direito à indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, caso a Companhia venha a ser dissolvida, liquidada ou se tiver sua falência decretada. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, às leis e normas societárias em geral ou outras que possam afetar os termos do presente Plano, poderá levar à revisão integral do Plano, dos Programas e Contratos de Cessão de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de um Participante, exceto no caso de Aposentadoria Acordada, o Participante perderá o direito ao recebimento da propriedade das Ações Plano ainda pendentes de transferência de titularidade pela Companhia sob este Plano, qualquer Programa e Contrato de Cessão, o qual restará automaticamente resilido na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento da totalidade das Ações Plano ainda pendentes de cessão pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Cessão.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de (i) falecimento, ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecido nesta cláusula, da totalidade das Ações Plano ainda pendente de transferência pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Cessão.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis.

2. Plano de Ações Restritas

2.1. Principais características do plano proposto:

a. Termos e condições gerais

Os principais objetivos do plano

O Plano estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de Ações Restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

A forma como o plano contribui para esses objetivos

Por meio da concessão, ao Participantes, da oportunidade de receberem Ações Restritas mediante o cumprimento das condições estipuladas no Plano.

Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

Trata-se de incentivo de longo prazo, o qual compõe o potencial de ganho dos Participantes, representando essencialmente um incentivo à retenção de pessoal-chave. Insere-se na estratégia de alinhamento de objetivos e interesses no longo prazo, visando privilegiar a geração de valor agregado e sustentabilidade para a Companhia.

Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano constitui instrumento incentivador para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os Participantes são estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano alinha os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os Participantes se tornem acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Participantes ao longo do tempo incluem, por exemplo, os prazos de vesting para a efetiva transferência das ações.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

b. Data de aprovação e órgão responsável

Em 23 de dezembro de 2021, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o Plano de Ações Restritas da Companhia.

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O Plano estará limitado a uma Diluição Societária Referencial máxima de até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia representado por ações ordinárias na data de aprovação de cada Programa.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes.

e. Condições de aquisição de ações

A aquisição do direito ao exercício das Ações Restritas (“Vesting”) estará sujeita ao cumprimento cumulativo:

(1) da Meta de Performance Mínima, caso estabelecida para o respectivo Participante em seu Contrato de Ações Restritas aprovado pelo Conselho de Administração; e

(2) do respectivo prazo de carência, observado o seguinte:

- (a) caso o Contrato de Ações Restritas inclua Meta de Performance Mínima como condição da outorga de Ações Restritas, o prazo de carência será aplicável de forma gradual, em período não superior a 4 (quatro) anos, em parcelas iguais e anuais de até 1/4 (um quarto) das Ações Restritas sendo que, desde que atingida ou superada a Meta de Performance Mínima, a primeira parcela tornar-se-á exercível pelo Participante a partir do 1º dia útil do ano civil seguinte ao ano da Data de Verificação (conforme definida abaixo) e as demais no 1º dia útil dos anos civis subsequentes (“Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima”); e
- (b) Caso o Contrato de Ações Restritas não inclua Meta de Performance Mínima, a outorga das Ações Restritas será imediata, porém o prazo de carência aplicável à totalidade das Ações Restritas determinado em período não superior a 4 (quatro) anos (“Prazo de Carência sem Meta de Performance Mínima” e, em conjunto com o Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima, “Prazo de Carência”).

A verificação do cumprimento da Meta de Performance Mínima de cada Contrato de Ações Restritas, caso aplicável, deverá ocorrer em reunião do Conselho de Administração a ser realizada até o final do mês de abril subsequente ao exercício social correspondente à Meta de Performance Mínima (“Data de Verificação”).

Em caso de atingimento da Meta de Performance Mínima do Contrato de Ações Restritas, caso aplicável, o *Vesting* de cada uma das parcelas anuais das Ações Restritas ocorrerá à medida em que for sido cumprido o respectivo Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima (“Ações Restritas Vested”).

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Não aplicável, uma vez que o Plano estabelece que o Participante receberá as Ações Restritas após o cumprimento do Vesting e não há previsão de pagamento de preço de exercício pelas Ações Restritas.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Participante poderá exercer as Ações Restritas Vested durante o prazo máximo de exercício decadencial de 2 (dois) meses, a partir da respectiva data de Vesting (“Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas”). O exercício das Ações Restritas será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Ações Restritas devidamente preenchido e assinado pelo Participante. O Diretor de Relações com Investidores poderá estabelecer a qualquer tempo restrições para o exercício das Ações Restritas ou a venda das Ações resultantes da liquidação dos exercícios, em datas que coincidam com períodos de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia. Caso o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas coincida com período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas poderá ser suspenso durante o período de vedação, sendo retomada a contagem do prazo restante para exercício tão logo cessada a vedação à negociação.

h. Forma de liquidação

Exercida a Ação Restrita, o Conselho de Administração autorizará a Diretoria a realizar a liquidação do exercício das Ações Restritas mediante a utilização das Ações mantidas em tesouraria ou mediante pagamento em dinheiro de quantia equivalente à quantidade de Ações Restritas, multiplicadas pelo Valor da Ação Restrita, conforme item 1.2. do Plano. Em ambos os casos, o valor dos Proventos será pago em dinheiro.

i. Restrições à transferência de ações

As Ações Restritas são pessoais e intransferíveis, não podendo, em hipótese alguma, ser cedidas, transferidas ou empenhadas a quaisquer terceiros, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, ressalvadas as exceções previstas na Cláusula 17 (Morte)

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Ações Restritas ainda em aberto concedidas com base nele.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Pedido de Demissão

Em caso de Pedido de Demissão, o Participante terá o direito de exercer as Ações Restritas Vested, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contado da data do Desligamento. Todas as Ações Restritas ainda não exercíveis (“Ações Restritas Unvested”), restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Para fins deste Plano, o termo “**Pedido de Demissão**” significa o término da relação jurídica do Participante com a Companhia nas hipóteses de pedido de demissão ou renúncia ao cargo.

Desligamento sem Justa Causa

Em caso de Desligamento sem Justa Causa, caberá única e exclusivamente ao Conselho de Administração decidir se todas as Ações Restritas que tenham sido concedidas ao Participante, sejam elas Ações Restritas Vested ou Ações Restritas Unvested, restarão automaticamente extintas.

Para fins deste Plano, o termo “**Desligamento sem Justa Causa**” significa o término da relação jurídica do Participante com a Companhia nas hipóteses de substituição ou não reeleição como administrador estatutário e rescisão, sem justa causa ou comum acordo, de contrato de trabalho.

Desligamento por Justa Causa

Em caso de Desligamento por Justa Causa, todas as Ações Restritas que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Ações Restritas Vested ou Ações Restritas Unvested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Para fins do presente Plano, o termo “**Desligamento por Justa Causa**” significa o término da relação jurídica do titular da Ação Restrita com a Companhia por justa causa, nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados e, no caso dos Participantes que sejam administradores não-empregados, as seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas controladas ou coligadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, desde que devidamente comprovado; (e) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário; (f) descumprimento do Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta e demais disposições societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e (g) descumprimento das obrigações previstas na Lei das S.A., aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da Lei das S.A.

Aposentadoria ou Invalidez Permanente

No caso de Aposentadoria ou invalidez permanente do Participante, todas as Ações Restritas Vested poderão ser exercidas no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contados da data de Aposentadoria ou da constatação de invalidez permanente do Participante, e todas as Ações Restritas Unvested poderão ser exercidas em seus prazos e regras normais de Vesting, sujeito à condição de que o Participante não atue em empresa concorrente e eventuais condições adicionais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

Considera-se “**Aposentadoria**”, para os fins deste Plano, o término da relação jurídica do titular da Ação Restrita com a Companhia por efetivo encerramento da carreira e aposentadoria do Participante, mediante aprovação caso-a-caso do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. Caso o pedido de Aposentadoria seja de iniciativa do próprio Participante, ao avaliar o pedido o Conselho de Administração levará em consideração (i) a antecedência do pedido, a ser formulado com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência; (ii) o eventual plano de atividade profissional pós-desligamento do Participante, que não deverá contemplar qualquer atuação em atividades concorrentes com as da Companhia; (iii) outras circunstâncias aplicáveis ao caso. A decisão do Conselho de Administração será discricionária e desvinculada das regras para aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, nos termos das regras da previdência oficial (INSS) ou das regras para suplementação de aposentadoria de qualquer plano privado eventualmente patrocinado pela Companhia.

Na hipótese de vir a ser constatada a atuação do Participante em atividades concorrentes com as da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Ações Restritas Unvested em aberto que tenham sido concedidas ao Participante.

Morte

No caso de morte do Participante, todas as Ações Restritas Unvested tornar-se-ão exercíveis antecipadamente. As Ações Restritas Vested ou Unvested estender-se-ão aos seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, podendo ser exercidas no todo ou em parte pelos herdeiros, sucessores ou cônjuges meeiros do Participante, no prazo decadencial de 12 (doze) meses, contado da data do falecimento.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.6. Outorga de Opções de Compra de Ações

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

O Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo foi recepcionado em 21 de dezembro de 2021.

Plano de Incentivo

Remuneração baseada em ações sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários prevista para o exercício social corrente a ser encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,02

Remuneração baseada em ações sob forma de ações entregues diretamente aos beneficiários no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,17

Plano de Ações Restritas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorgou, nem tem planos de outorgar, quaisquer ações no contexto do Plano de Ações Restritas para seus administradores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2023.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.10 Outorga de ações

O Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo foi recepcionado em 21 de dezembro de 2021.

Plano de Incentivo

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	1
Data de outorga	-	21/12/2021
Quantidade de ações outorgadas	-	254.477
Prazo máximo para entrega das ações	-	15/07/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	-	22,28
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	5.669.747,56

Plano de Ações Restritas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorgou, nem tem planos de outorgar, quaisquer ações no contexto do Plano de Ações Restritas para seus administradores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2023.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.11 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

O Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo foi recepcionado em 21 de dezembro de 2021.

Plano de Incentivo

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	1
Número de ações	-	163.034
Preço médio ponderado de aquisição	-	0
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	29,98
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	4.887.759,32

Plano de Ações Restritas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorgou, nem tem planos de outorgar, quaisquer ações no contexto do Plano de Ações Restritas para seus administradores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2023.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.12 Descrição sumaria das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

Considerando que o valor das outorgas do Plano de Incentivo depende do valor das ações da Companhia, que varia ao longo do tempo, a apropriação do plano para ano de 2022 considerou preço de fechamento do papel em 31 de dezembro de 2022.

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.13. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

A participação detida pelos membros da administração no capital social da Companhia em dezembro de 2022 correspondia aos valores abaixo:

Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.		
Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	64.718.658	64.718.658
Diretoria	871.261	871.261
Conselho Fiscal	0	0
Subtotal	65.589.919	65.589.919
Total	96.226.962	96.226.962

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia
Geral Ordinária de 20 de abril de 2023**

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia não patrocina planos de previdência complementar em benefício de seus funcionários e administradores.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	6	5,2	N/A	2	2,0	N/A	3	N/A	N/A
Nº de membros Remunerados	6	5,2	N/A	2	2,0	N/A	3	N/A	N/A
Valor da maior Remuneração (Reais)	330.000,00	112.500,00	N/A	3.659.000,00	3.364.912,00	N/A	42.000,00	N/A	N/A
Valor da menor Remuneração (Reais)	330.000,00	9.167,00	N/A	667.500,00	78.000,00	N/A	42.000,00	N/A	N/A
Valor médio da Remuneração (Reais)	330.000,00	109.936,00	N/A	2.163.250,00	1.772.556,00	N/A	42.000,00	N/A	N/A

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Sem observações

**Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de
2023**

31/12/2021	<p>(1) Para 2021, o valor da maior remuneração individual foi apurado considerando informações a partir de agosto, quando administradores passaram a receber remuneração pela Terra Santa Propriedades Agrícolas.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração individual para Conselho de Administração e Diretoria Estatutária foi apurado considerando informações a partir de agosto, quando administradores passaram a receber remuneração pela Terra Santa Propriedades Agrícolas. Obs: Não houve instalação de Conselho Fiscal no exercício de 2021</p>
31/12/2020	Não houve remuneração reconhecida visto que a empresa foi constituída em 11 de janeiro de 2021
Conselho de Administração	
31/12/2022	O valor da menor remuneração do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de membros que permaneceram no cargo por menos de 12 meses
31/12/2021	<p>(1) Para 2021, o valor da maior remuneração individual foi apurado considerando informações a partir de agosto, quando administradores passaram a receber remuneração pela Terra Santa Propriedades Agrícolas.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração individual para Conselho de Administração e Diretoria Estatutária foi apurado considerando informações a partir de agosto, quando administradores passaram a receber remuneração pela Terra Santa Propriedades Agrícolas. Obs: Não houve instalação de Conselho Fiscal no exercício de 2021</p>

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023

31/12/2020	Não houve remuneração reconhecida visto que a empresa foi constituída em 11 de janeiro de 2021
Conselho Fiscal	
31/12/2022	Conselho Fiscal foi instalado em abril de 2022
31/12/2021	Não houve instalação do Conselho Fiscal
31/12/2020	Não houve remuneração reconhecida visto que a empresa foi constituída em 11 de janeiro de 2021

Proposta da Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas
Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Conforme previsto na política de remuneração da Companhia, poderão ser negociados ou atribuídos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês, a critério do Conselho de Administração, obrigações e/ou benefícios pós-emprego, representados dentre outros por: (a) seguro de pessoas; (b) plano de saúde; e (c) obrigações de não concorrência. Adicionalmente, poderá haver a atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração e com a devida divulgação, nos termos das normas aplicáveis.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável, tendo em vista que a companhia não possui acionista controlador.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, tendo em vista que a companhia não possui acionista controlador.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Demonstrações Financeiras e Remuneração dos Administradores

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021 no contexto da reorganização societária da Terra Santa Agro, a qual foi conduzida por seus antigos acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da Terra Santa Agro para a SLC Agrícola S.A. Como resultado dessa reorganização societária, a Companhia se tornou uma *holding* não operacional, cuja sua subsidiária TS Brasil (anteriormente subsidiária da Terra Santo Agro), é a atual responsável pela gestão das terras e benfeitorias localizadas nas terras que pertenciam à Terra Santa Agro, visto que a TS Brasil não foi parte da referida transação.

Em decorrência do exposto acima, as demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social findo em 2020 foram apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil, tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social findo em 2020, corresponde às demonstrações financeiras da TS Brasil, sendo que, em 31 de março de 2021, a Terra Santa Agro integralizou, na Companhia, acervo líquido representado, dentre outros, pelo seu investimento na TS Brasil. Em relação aos exercício sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e primeiros 6 meses de 2021, os administradores da Companhia não receberam qualquer remuneração, uma vez que renunciaram à sua remuneração pelo exercício de suas atividades na Companhia, sendo que somente receberam remuneração decorrente de suas funções exercidas exclusivamente na Terra Santa Agro (sua antiga controladora). A partir do segundo semestre de 2021, quando a concessão do registro de companhia aberta da Terra Santa Propriedades Agrícolas e conclusão da combinação de negócios da SLC Agrícola e Terra Santa Agro, os administradores passaram a receber remuneração pelo exercício de suas atividades na Companhia. Neste sentido, os itens 8.1.c.i, 8.2, 8.3 e 8.15 deste Formulário de Referência refletem o racional descrito acima.

Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide item 6.6 do Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 8.